



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 011/2017**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso à norma que regulamenta sistema informatizado de unificação de prontuários dos pacientes do SUS.
2. O órgão prestou esclarecimentos, posteriormente complementados em sede de recurso hierárquico. Ainda insatisfeita, a interessada apelou a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em sua solicitação, a interessada faz remissão à notícia veiculada em portal eletrônico do Governo, segundo a qual “um sistema informatizado lançado em agosto [de 2013] pelo Governo do Estado de São Paulo permite o acesso imediato ao histórico de atendimentos dos pacientes no SUS (Sistema Único de Saúde) paulista, de qualquer unidade estadual de saúde. O prontuário eletrônico unificado é inédito em todo o país”. Nesse contexto, a solicitação indaga se o referido sistema informatizado possui regulamentação, bem como acesso integral à norma correspondente.
4. Apesar de extensa, a resposta inicial oferecida não indicou com clareza se o referido sistema eletrônico seria ou não regulamentado por norma específica. As diversas normativas indicadas disciplinam o preenchimento e utilização dos prontuários médicos, sem fazer referência, porém, ao sistema eletrônico mencionado na reportagem.
5. Diante dessa indefinição, a Ouvidoria Geral do Estado solicitou informações complementares à Secretaria da Saúde (fls. 13 e 17), que as prestou conforme fls. 18, esclarecendo que “não existe uma norma específica (...) sobre o sistema informatizado em questão e que as normas existentes são as que já foram encaminhadas, cujas diretrizes servem de parâmetro para o desenvolvimento e uso do sistema de informação em saúde e prontuários eletrônicos em uso nas Unidades da Pasta”.


5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”
7. Ante o exposto, considerando a afirmativa do órgão quanto à inexistência de norma específica nos termos em que solicitado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 31 de janeiro de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO